

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 856 - de 31 de outubro a 14 de novembro de 2019

## A REVOLTA DOS POVOS: ARGÉLIA, LÍBANO, CHILE, EQUADOR...



**7º CONGRESSO: PREPARAR O PT PARA A EXPLOÇÃO SOCIAL QUE SE AVIZINHA**



Em nova carta Lula pede liberdade para Luísa Hanune

**Pág. 12**



**MOVIMENTO ESTUDANTIL**

Direita sofre fragorosa derrota no DCE da UnB

**pág.2**

**VALE**

Ato em Brumadinho levanta a reestatização

**pág.4**

**PARTIDO**

A presença do DAP nos congressos estaduais

**págs.6 e 7**

**Lula Livre**

# “Gente que Lute” eleita para o DCE UnB

## Chapa defendeu rejeição do Future-se e Lula livre

A chapa “A Gente que Lute” venceu as eleições para o Diretório Central da Universidade de Brasília (UNB) com 7.143 votos, o grupo de direita “Aliança Pela Liberdade” teve 2.376. A pancada na “Aliança”, que dirigiu a entidade nos últimos anos e defendia parcerias com iniciativa privada, veio no rastro da resistência estudantil. A chapa composta pela Juventude do PT, PCdoB, Psol e PCB, venceu com um programa de defesa da universidade, tendo como centro o combate contra a adesão ao

programa “Future-se” e aos cortes no orçamento. O ânimo é de mobilizar os estudantes em assembleias, para engrossar a resistência contra o governo Bolsonaro.

Muitos estudantes vinham demonstrando essa vontade de lutar contra os ataques do governo federal desde antes, com destaque para a manifestação de 15 de maio que parou a universidade e encheu a Esplanada dos Ministérios. Essa resistência obrigou o Ministério da Educação a recompor parte importante do orçamento recen-

temente. Na campanha diversos cursos colocaram suas reivindicações em cartazes exigindo mais investimentos. A UNB vem sofrendo o sucateamento. O Restaurante Universitário subiu de preço, centenas de funcionários foram demitidos, houve cortes no transporte e as reformas do campus paralisaram por falta de verba. Tudo isso refletiu na eleição e a chapa venceu em 15 das 16 seções eleitorais com quase 10 mil estudantes participando.

A chapa defendeu o Lula Livre, uma bandeira democrática indispensável

na resistência da juventude.

No ato de posse da nova diretoria, o coordenador geral do DCE Victor Caique da Juventude Revolução do PT chamou os Centros Acadêmicos da UNB a fortalecer a luta em defesa da universidade e combater esse governo. Garantir o ensino público, gratuito e de qualidade com bolsas e assistência estudantil exige derrotar Bolsonaro e seu projeto de destruição das universidades.

Hélio Barreto

## Defesa da educação, ciência e pesquisa

### Na Unicamp, assembleia de todos os segmentos universitários lança manifesto

Uma assembleia com 8 mil presentes (professores, funcionários e estudantes) da Universidade de Campinas (15/10) aprovou documento que repudia os cortes de verbas para a Educação e alerta contra as ameaças à liberdade de cátedra nas universidades públicas. Ouvimos Mayara Gregoracci, mestrande da Faculdade de Educação e diretora da Associação de Pós-Graduandos (APG) da universidade.

#### 1) Como avalia a assembleia?

Ela foi uma proposta das representações discentes (graduação e pós-graduação) no Conselho Universitário. Procuramos entidades estudantis, dos docentes e de servidores

para convocar a assembleia. O Reitor se comprometeu a reunir-se com as entidades para organizar a atividade.

Na assembleia aprovamos uma carta da comunidade universitária com nossa posição contrária aos ataques do governo Bolsonaro à Educação, Ciência e nossa soberania nacional. Principalmente devido aos cortes de verbas das universidades e das agências de fomento à pesquisa e à educação, que vem perdendo grande parte dos repasses e agora vivem na insegurança do que será o próximo período com a proposta de fusão da Capes e do CNPq.

#### 2) Qual é a situação dos pós-graduandos?

É de mal-estar e insegurança. A começar pela destruição do CNPq em marcha, um período de grande perda de verba e contingenciamento dos recursos, o que levou a realização de um Grupo de Trabalho Emergencial na Unicamp (com a Reitoria e a APG) afim de se discutir apoio financeiro emergencial aos estudantes e pesquisadores que chegassem na situação de ter sua bolsa cortada. Agora, com o retorno de parte da verba as bolsas devem estar garantidas até dezembro. Porém, a situação do próximo ano é uma incógnita e tende a reduzir muito os ingressantes e a permanência na pós-graduação. Por exemplo, no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação há 300 inscrições a

menos nesse ano.

#### 3) Como foi o processo de reconstrução da APG geral na Unicamp?

Veio dos Representantes Discentes e APGs dos institutos de pesquisa do começo de 2019, em relação direta com a situação dos pós-graduandos. Muitos pesquisadores perderam bolsas aprovadas e não pagas e, com as pesquisas em andamento, precisaram buscar trabalho para sobreviver. Com reuniões, assembleias e movimentos, fomos nos unindo na luta por nossas demandas e assim reconstruímos a entidade. Hoje somos 25 pós-graduandas/os na gestão prontos a organizar a luta.

## A juventude precisa de organização autônoma

### Plenária Nacional da Juventude Revolução do PT discutiu esse desafio

Nos dias 26 e 27 de outubro aconteceu em Salvador a Plenária Nacional da Juventude Revolução do PT (PNJR) que reuniu delegados eleitos nos núcleos, membros do Conselho Nacional da organização e observadores.

O debate focou no desafio de construir uma organização autônoma da juventude, questão levantada pela JR nas etapas estaduais do 7º Congresso do PT, no qual ela participa da chapa do Diálogo e Ação Petista, defendendo a autonomia da Juventude do PT (JPT).

A resolução final aprovada na Plenária propõe: “uma organização que decida democraticamente o que fazer, acertando, errando e aprendendo, que tenha sua própria arrecadação, que possa agir sem pedir autorização. Uma organização capaz de lutar para defender nosso presente e nosso futu-

ro dignos”.

#### Luta contra o governo e por Lula Livre

Na PNJR foi integrada a discussão sobre a resistência que se expressa em vários países e a luta no Brasil contra o governo autoritário de Bolsonaro, como parte da luta dos povos e da juventude contra a política do imperialismo.

O obscurantismo do governo também foi alvo dos debates. Afinal, tem aumentado a tentativa de calar os jovens, de impedir que se manifestem culturalmente nas periferias e politicamente nas ruas. Algo intolerável para a juventude que continua resistindo nas lutas nas comunidades, escolas, universidades etc.

Um delegado do Espírito Santo



afirmou que os estudantes de sua escola são intimidados constantemente pela PM e questionou “como a gente consegue estudar assim?”.

Nos grupos também se discutiu a luta contra tentativa de privatização do ensino superior através do “Future-se”, o combate contra destruição da escola pública e pelo direito ao conhecimento científico, e a luta nos bairros, onde a falta de serviços públicos e a violência genocida da PM

é gritante.

No domingo, os participantes da plenária realizaram um belo ato político no Porto da Barra por ocasião do aniversário de Lula (foto), com palavras de ordem, jogral e coleta de assinaturas pela anulação dos julgamentos de Lula. A receptividade da população, dentre eles muitos jovens, foi excelente. Centenas de pessoas assinaram o abaixo assinado. Muitos paravam para conversar e tirar fotos.

Nada mais instigante e animador. Agora, conforme decisão da plenária os delegados voltarão aos estados para prestar contas em reuniões abertas dos núcleos e seguir na resistência contra o governo.

Correspondente

# A gota d'água

A ordem mundial ditada pela sobrevivência da propriedade privada dos grandes meios de produção, do imperialismo em crise, assenta-se sobre um barril de pólvora que explode em vários países.

Neste ano, inaugurado pela revolução argelina, as explosões atingem países em todos os continentes.

É a inexorável luta de classes que marca o cenário mundial convulsionado.

As classes oprimidas, sufocadas pelas medidas destruidoras impostas pelo capital financeiro, se insurgem, apesar da brutal repressão - como no Iraque que já deixou mais de uma centena de mortos -, cada vez mais desconfiam e rejeitam as "saídas" negociadas para manter as coisas como estão, como na Argélia, e prosseguem em luta.

Os povos se revoltam, querem viver e cada vez mais expressam a rejeição aos regimes que cumprem as ordens mortíferas do imperialismo. No Chile, a gota d'água que fez transbordar foi o aumento em 30 pesos na passagem do metrô. O governo tentou recuar para aplacar as massas, mas elas já gritavam nas ruas: não é por 30 pesos, é por 30 anos! E exigem uma Constituinte Soberana para varrer todas as políticas da ditadura, mantidas pelos sucessivos governos nestes 30 anos depois de sua queda.

No Líbano, a gota d'água foi a tentativa

do governo de tarifar ligações via WhatsApp que detonou mobilizações dos libaneses, como um só povo. O recuo na tarifação não fez recuar as mobilizações que exigem o fim do regime e levou à renúncia do Primeiro Ministro, Hariri.

A primeira coisa que este vendaval joga por terra é a balela - útil para encobrir responsabilidades dos que, em nome do povo

contra os ditames do FMI... e no Brasil?

A burguesia, seus partidos, as instituições e a mídia que fabricaram o governo Bolsonaro temem que o país seja "contaminado" pela luta nos países vizinhos. Mas se já há uma "contaminação" é o fato de que a política destes governos, contra as quais o povo se revolta, é a mesma para a qual elegeram Bolsonaro presidente!

Sem que seja possível prever quando e como, o fato é que o país pode ir a uma explosão social - o próprio Bolsonaro se prepara para ela, acentuando seus traços bonapartistas e ameaçando repressão - dada as condições de vida degradantes do povo. Qual será a gota d'água não se sabe. Uma fila monumental de pessoas desesperadas em busca de emprego, mais um assassinato pelo Estado nas favelas cariocas, mais um direito à educação atacado, um direito trabalhista retirado...

É para este quadro que o 7º Congresso está chamado a preparar o PT. Quanto mais o partido se prepara para pôr fim ao governo Bolsonaro - e ao conjunto das suas políticas - tanto mais se preparará para encabeçar um governo, com Lula Livre, que venha para fazer as mudanças de fundo, as reformas estruturais, para livrar o Brasil da política imposta pelo imperialismo contra a qual, em formas e ritmos diferenciados, os povos se levantam.

## OS POVOS NÃO AGUENTAM MAIS AS CONDIÇÕES DE VIDA IMPOSTAS PELO IMPERIALISMO

trabalhador, se perfilaram às exigências do capital financeiro - de que os povos e o mundo estavam indo à direita!

No próprio Estados Unidos, greves de trabalhadores se sucedem e a crise política que resultou na eleição de Trump está longe de se resolver. E aqui onde Trump considera seu quintal, os bastiões de sua política vão ruindo. Na Venezuela, quem se lembra do auto-proclamado presidente Guaidó? O Chile convulsionado, na Argentina Macri foi derrotado, no Equador o povo se levantou

### CALENDÁRIO DE O TRABALHO 2020

Nesse ano, o seu tema adquiriu uma atualidade extraordinária!

Estamos em meio da terceira semana de nossa campanha financeira desse ano de 2019. É quando, mais uma vez, oferecemos nosso calendário 2020, aos milhares de companheiros e companheiras dispostos a ajudar nosso combate independente. Uma campanha que fazemos todos os anos, como em 1983 (veja ao lado, em "Memória").

O tema desse calendário é "crises do capitalismo e a resistência dos trabalhadores". Um assunto que não poderia ser mais atual.

É o que estamos assistindo num ritmo que ninguém poderia prever.

Desde o final de 2018, primeiro na França, com os coletes amarelos, depois na Argélia onde uma revolução está em curso. Na sequência, assistimos manifestações em Hong Kong, Iraque, e Equador, depois vem o Líbano e Chile. Quem saberá dizer quando e onde virá a próxima?

O fato é que, um quadro de ofensiva mundial do imperialismo em crise e incapaz de oferecer saída para a humanidade, as explosões poderão surgir em qualquer lugar.



Florence Thompson, em 1936, em um acampamento nos EUA: durante a depressão, trabalhadores vagavam pelo país em busca de subsistência

O futuro da civilização depende da resistência das massas aos ataques do capital. E nessas mobilizações também poderão se forjar saídas. E para ajudar nesse processo é que existimos e combatemos. Para o que precisamos sua contribuição.

**Não deixe para depois. Adquira já o seu exemplar e ajude a sustentar nosso combate.**

### Memória

#### PM MATA SANTO DIAS, MAS METALÚRGICOS NÃO RECUAM

Em 200 dias, os trabalhadores brasileiros fizeram 212 greves. Poucas, entretanto, foram tão importantes como esta - a dos metalúrgicos de São Paulo e Guarulhos. (...) Perto de 300 mil operários deixaram de ir ao trabalho nas duas cidades. Mais de 20 mil pessoas participaram das manifestações de protesto contra o assassinato do metalúrgico Santo Dias, morto por uma bala da PM quando participava de um piquete. Na última segunda-feira, 15 mil metalúrgicos decidiam, na maior assembleia de sua campanha, que a greve continua até a vitória. (...) Os metalúrgicos não esperam nada da ditadura e do general Figueiredo, a não ser bombas, cacetadas, tiros (...).

O Trabalho nº 37 - 6/11/1979



#### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

# Levantada a bandeira da reestatização da Vale

Ato em Brumadinho, 9 meses depois do crime que deixou 251 mortos e 19 desaparecidos

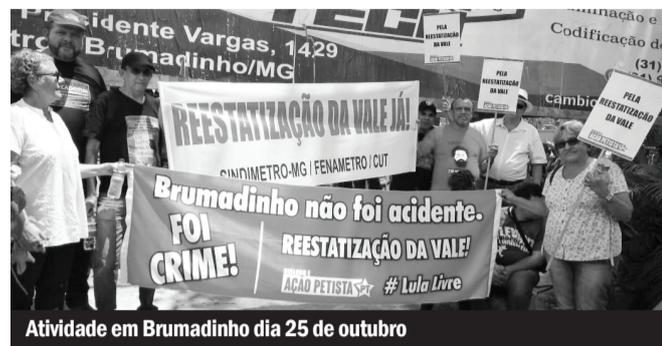
Já se passaram nove meses do crime da Vale em Brumadinho (MG), mas as famílias das vítimas e a população da cidade ainda sofrem as consequências do maior acidente de trabalho da América Latina, que deixou 251 mortos identificados e 19 ainda desaparecidos.

Em ato organizado pelas famílias das vítimas no dia 25 de outubro, o acidente foi lembrado com o depoimento de familiares e trabalhadores sobreviventes da Vale, que estão acometidos de todo o tipo de doença física e psíquica sem o devido apoio da empresa ou do sistema de saúde público.

Após o ato, como parte da campanha nacional em defesa da soberania nacional contra as privatizações, o MAB (Movimento Atingidos pelas Barragens), a CUT e vários sindicatos,

com a presença dos deputados do PT Rogério Correia e Betão, uma pequena passeata percorreu a avenida principal na entrada da cidade lembrando os nove meses da tragédia e apresentando à população a proposta de reestatização da Vale.

Representantes de entidades que usaram da palavra durante a passeata destacaram os altos lucros da Vale mesmo depois da tragédia e a continuidade desenfreada da exploração do minério pelos moldes de extração que já levaram aos acidentes de Mariana e Brumadinho. Já o representante do Sindicato dos Metroviários fez questão de destacar que a melhor maneira de combater as privatizações do governo Bolsonaro é integrar a luta pela reestatização da Vale como parte da luta em defesa da soberania nacional.



Atividade em Brumadinho dia 25 de outubro

O deputado Betão, por sua vez, lembrou da luta travada contra a privatização da Vale durante o governo FHC vendida por 3 bilhões, quando só os seus ativos valiam 100 bilhões. Encerrando o ato, o deputado Rogério Correia destacou que como resultado da CPI da Câmara dos Deputados, a comissão está apresentando a proposta de um plebiscito nacional pela reesta-

tização da Vale, o que considera importante ser abraçada pelos sindicatos e organizações populares.

O ato foi uma primeira iniciativa que coloca na ordem do dia a necessidade de uma campanha nacional pela reestatização da Vale, retomando o combate realizado em 2007, durante o governo Lula, quando no plebiscito popular realizado por organizações sindicais, populares e partidos votaram mais de três milhões de brasileiros, onde 94,5% dos que se manifestaram responderam que a Vale deveria reestatizada.

Sumara Ribeiro

## Maioria das Universidades rejeita o Futute-se

Governo reapresenta programa com nova roupagem e mantém os ataques

Uma ampla maioria das Universidades federais não aderiram ao programa Future-se por afronta à autonomia e democracia universitárias com imposição de órgãos privados (além de OS's, Sociedades de Propósito Específico e startups) na gestão da vida acadêmica e indução à privatização. Diante desta rejeição, o governo apresentou uma nova versão do programa.

Procurando contornar sua patente inconstitucionalidade, a nova versão altera palavras, mas mantém o conteúdo da original: Introduz um "contrato de desempenho" ao qual as Universidades terão de firmar se quiserem ter

"benefícios especiais". Estes viriam do "Fundo [privatista] Soberano do Conhecimento do Future-se". Destinado ao "empreendedorismo, inovação e internacionalização", o "Fundo" provavelmente usará verbas do FINEP, CNPq (que deixariam de existir) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Estas seriam assim desviadas apenas à inovação (empresarial) em detrimento da pesquisa básica e aplicada em outras áreas (teóricas ou voltadas às questões nacionais, culturais ou sociais). Ademais o Fundo será negociado na Bolsa de Valores, regido por suas normas.

### A luta deve continuar

O novo texto alega que a possibilidade do "contrato" estaria calcada numa Emenda Constitucional de FHC (1998). Embora esta sugira contrato de desempenho – permitindo flexibilização dos salários de servidores conforme cumprimento de metas – apenas a órgãos, não às Universidades. Com tal contrato, portanto, o projeto segue inconstitucional por atropelar a autonomia. O novo Future-se tampouco assegura o uso autônomo das receitas próprias – que só poderiam ser aplicadas com o cumprimento das metas.

E tais metas, no novo texto, são

ainda mais restritivas, seguindo sua lógica "empresarial inovacionista" – como se o único e exclusivo objetivo de uma Universidade fosse produzir inovações lucrativas a empresas privadas. E como se estas, num Brasil cada vez mais desindustrializado e controlado por multinacionais e pelo financismo, tivessem real e sincero interesse em investir em tecnologia e soberania nacional.

Apesar da nova roupagem, segue na ordem do dia, para reitores e todos os segmentos das Universidades federais a luta contra o Future-se.

Alberto Handfas

## CEMIG na via da privatização

Sindicato dos Eletricitários denuncia mudanças para vender a empresa

O Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (Sindieletró-MG) denuncia que o governador Zema (Novo) prepara a privatização da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O governador ainda não propôs um projeto de venda da estatal, mas encaminhou à Assembleia Legislativa um plano de adesão ao Regime Fiscal, que pode abrir brecha para a desestatização. Os eletricitários afirmam que diversas mudanças foram implantadas pela nova gestão da Cemig. Por exemplo, em fevereiro

e março deste ano, a diretoria decidiu fechar cerca de 50 bases operacionais no estado, onde trabalhavam eletricitários que realizavam atendimentos comerciais, como ligação, religação e corte, e atendimentos de urgência, relacionados ao reestabelecimento de energia elétrica. No início do mês de setembro, a base São Gabriel, em Belo Horizonte, foi fechada, prejudicando cerca de 1 milhão de pessoas. "Para o mercado, obviamente, o governo está dando o recado da diminuição do custo da Cemig, aumentando assim o interesse da iniciativa privada e do

sistema financeiro, que são os interessados em comprar a empresa", diz Jefferson Leandro, coordenador geral da Cemig. Enquanto isso, a categoria se empenha para negociar com a empresa o acordo coletivo de trabalho deste ano. Segundo Jefferson, a gestão tenta diminuir ao máximo os custos com os trabalhadores, ameaçando direitos conquistados e a organização sindical. "A gestão diz que o custo com o pessoal é um problema financeiro da empresa, mas na verdade a folha de pagamento representa cerca de 6% da receita total. No último

concurso, o salário inicial para várias atividades, inclusive para eletricitista, foi de R\$ 1900, enquanto presidente da empresa é R\$ 85 mil. Então fica enganando a população, dizendo que o trabalhador da Cemig é privilegiado".

O professor de economia da UFMG Rafael Ribeiro completa afirmando que se trata do "processo clássico de privatização": "Se precariza o serviço, sucateia, desinveste, fecha a torneira dos recursos e aí, na medida em que o serviço vai se degradando, coloca a população contra a empresa (site da CUT).

# Congresso da CUT: defender os direitos e os sindicatos, pelo fim do governo Bolsonaro

13°. CONCURT elegeu nova direção, reafirmou Lula Livre e apontou as lutas imediatas

O 13°. Congresso Nacional da CUT “Lula Livre” realizou-se de 7 a 10 de outubro na Praia Grande (SP), reunindo 1.700 delegados e delegadas, um número menor que o congresso anterior (2015), um reflexo das dificuldades atravessadas pelos sindicatos com os sucessivos ataques, desde o governo Temer e que são aprofundados com Bolsonaro, contra os direitos trabalhistas que precarizaram as relações de trabalho.

O Congresso colocou corretamente no centro a defesa da liberdade de Lula e a luta pelo fim do governo Bolsonaro. Sérgio Nobre, metalúrgico do ABC, foi eleito em chapa única presidente da CUT. Em sua fala de posse convocou para 30 de outubro em Brasília um ato contra a política econômica de Bolsonaro e Guedes, em defesa da soberania nacional e contra as privatizações, (ver abaixo).

Já na abertura, a delegação do agrupamento “Em defesa da CUT Independente e de Luta” (CIL) distribuiu um manifesto de alerta intitulado “A CUT está ameaçada na sua sobrevivência!” (ver OT 855), destacando que “a tarefa central deste seu 13° Congresso é adotar as medidas políticas e de organização que preservem a conquista maior da classe trabalhadora que é a nossa central”. Foi esse o combate travado durante todo o congresso através de emendas e moções que colheram

adesões no plenário.

No debate de emendas, Sabrina Teixeira, professora municipal de São Paulo, falou contra uma proposta de “democratização do Sistema S” (Sesi, Senai, geridos por entidades empresariais), afirmando a defesa de “verbas públicas apenas para as escolas públicas” e dizendo que “do Sistema S conhecemos o pato amarelo dos golpistas”, obtendo ampla maioria contra a emenda defendida por um diretor dos metalúrgicos do ABC. Outra emenda, vinda de dirigentes da CUT-RS, propondo a “criação de cooperativa de crédito nos sindicatos”, foi combatida por Marcelo Carlini, do judiciário gaúcho, que insistiu que os sindicatos devem garantir a sua sustentação com as contribuições dos próprios trabalhadores, obtendo também a maioria para recusar tal emenda. Ao longo do congresso, 17 delegados e delegadas da CIL tomaram a palavra no plenário.

Dentre as moções adotadas, destacamos a dirigida ao governo da Argélia pela liberdade de Luísa Hanune (ver Pag. 12) e a moção em defesa da luta do povo do Equador contra o pacote do FMI implementado pelo governo de Lenin Moreno.

Um ponto imprevisto e negativo foi a proposta de ampliação da Executiva nacional de 44 para 50 membros para acomodar setores da corrente

majoritária – Articulação Sindical - na contramão da necessidade da CUT adaptar-se à situação de um sindicalismo bancado exclusivamente pelos trabalhadores. Júlio Turra foi um dos oradores, ao lado de delegados da AE e CSD, que combateu essa ampliação, que obteve cerca de 40% dos votos contra em plenário.

Na nova executiva nacional da CUT eleita em chapa única, a CIL manteve dois membros, com João Batista Gomes, servidor municipal de São Paulo, substituindo Júlio Turra, e Marize Moraes, docente da Bahia, substituindo Juliana Salles (médicos SP).

## Agora vêm os congressos estaduais

Os congressos estaduais (Cecuts) excepcionalmente ocorrem após o nacional. Já ocorreram os de Roraima, Espírito Santo e Paraná (25 a 27 de outubro), todos com chapas únicas, os demais ocorrem ao longo de novembro e início de dezembro.

Além de repercutir as decisões tomadas no 13° CONCURT, eles vão debater o seu desdobramento diante da política dos governadores estaduais, seja daqueles alinhados com Bolsonaro, seja os que se dizem de oposição, inclusive os do PT, devendo a CUT manter sua independência diante de governos, que é a condição para a intransigente defesa dos interesses da classe trabalhadora.

João B. Gomes

## DEBATE SOBRE A “REFORMA SINDICAL”

Juliana Salles, da executiva nacional da CUT que encerrava o seu mandato, denunciou no plenário do 13° CONCURT uma PEC de “reforma sindical” que estava sendo apresentada em coletiva de imprensa pelos deputados Marcelo Ramos (PL-AM) e Paulinho da Força (ver OT 855). Sua intervenção foi saudada com gritos de “Fora a PEC do Paulinho” vindos do plenário.

Esta PEC 161, subscrita até por deputados mal informados do PT, acabou sendo recusada pela mesa da Câmara por falta de assinaturas, sendo substituída pela PEC 171, que tampouco obteve o mínimo de apoios necessário.

A mesa do CONCURT, para esclarecer que a “PEC do Paulinho” – que entre outras coisas, limitava os resultados das negociações apenas aos sindicalizados - não tinha o apoio da central, deu a palavra ao assessor Feijóo que apresentou as diretrizes da CUT (inspiradas na Convenção 87 da OIT de Liberdade e Autonomia sindical), que incluem a proteção aos dirigentes eleitos, a penalização de ações antisíndicas dos empregadores e a rejeição do “sindicato por empresa”, mantendo a base mínima de um município para a constituição de sindicatos, além de prever um período de transição.

Dentre as moções adotadas no CONCURT, está a proposta pela bancada da CIL, que recolheu muitas adesões em plenário, de repúdio à “PEC do Paulinho”, hoje felizmente caducada.



**MANIFESTAÇÃO EM BRASÍLIA - 30 de outubro: ocorreu ato em Brasília “Em defesa da soberania, das empresas estatais e contra a política econômica de Bolsonaro e Guedes”. O ato, decisão do 13° Concurt, reuniu sindicalistas de diversas categorias e diferentes regiões do país. Sérgio Nobre, recém eleito presidente da CUT, destacou: “não aceitamos a venda de nossas estatais, pois elas que são capazes de fazer o Brasil se desenvolver com soberania”.**

## RECONQUISTAR OS DIREITOS RETIRADOS PELA “REFORMA” DA PREVIDÊNCIA

Aprovada em 2°. Turno pelo Senado a PEC 06 da “Reforma da Previdência” seguiu para sanção enquanto os “abutres” comemoraram. O Ministro da Economia, Paulo Guedes, já fala em retomar a proposta de capitalização individual, com um projeto de Lei (PL).

A reforma é um duro golpe nos trabalhadores: estabelece idade mínima para homens de 65 anos e mulheres 62; para ter valor integral homem deverá contribuir no mínimo com 40 anos e mulheres com 35; fim da aposentadoria por tempo de contribuição, aumento para homens de 15 para 20 anos de contribuição, mulheres mantem 15 anos; o cálculo do valor da aposentadoria passa a ser 60% da média das contribuições a partir de 1994, o que diminui em 25% nos valores; o valor das pensões para viúvas e dependentes será de 60% da aposentadoria em caso de morte, acréscimos de 10% por cada dependente menor de 21 anos, até chegar aos 100% do valor do benefício. O valor da pensão não poderá ser inferior ao salário mínimo (R\$ 998,00).

Para servidores públicos federais, além da idade mínima – para homens 61 anos e 56 para mulheres e aumenta tempo – mínimo de 25 anos para homem e mulher, 10 anos de serviço público e 5 anos no cargo - aumento nas alíquotas de contribuição, que hoje é 11%, poderá ser até 22%, um confisco salarial. Para servidores estaduais e municipais, tramita a PEC paralela que pretende estabelecer as mesmas regras (ou piorar) para os regimes próprios de previdência.

Sem dúvida é uma derrota para a classe, o que coloca em perspectiva a luta pela reconquista da Previdência pública e solidária para todos, com a revogação da contrarreforma imposta por um Congresso reacionário a serviço dos empresários e especuladores.

## 7º CONGRESSO DO PT – DAP SUBMETE

Nos dias 19 e 20 de outubro ocorreram as etapas estaduais do 7º Congresso do PT. O DAP se apresentou em chapas próprias ou em composição com o

### SÃO PAULO: APROFUNDAR O 6º CONGRESSO

Chapa CNB- DAP aprova luta pelo fim do governo Bolsonaro e retoma Constituinte

**O**corre no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a etapa estadual do 7º Congresso, com cerca de 800 delegados credenciados, em dois dias de discussões em grupos e plenário, votações de emendas e da direção, na qual o DAP colocou três membros no DR, um na Executiva. Marinho foi reeleito presidente do PT-SP.

O DAP apresentou-se em chapa com a Construindo um Novo Brasil, formada a partir dos 7 pontos que ele apresentou como base para a construção da mais ampla unidade no partido para colocá-lo à altura das tarefas que o 7º Congresso está chamado a dar conta.

Em São Paulo a unidade prosperou com a CNB. Como destacou Misa Boito na defesa da tese, “a luta pelo fim do governo Bolsonaro se dá num mesmo processo em que reforçamos

o PT como alternativa para encabeçar um governo democrático e popular, com Lula Livre. Um governo que revogue todas as medidas contrárias aos trabalhadores e nossa soberania, desde o golpe, e faça o que não foi feito nos 13 anos de governos do PT.” Misa ressaltou que a tese propunha retomar a bandeira da Constituinte Soberana, adotada no 6º Congresso, para nos livrar das instituições golpistas e que condenam o país ao atraso.

A unidade construída com a CNB paulista, um ponto de apoio importante para os desafios colocados ao 7º Congresso, não anula as diferenças sobre as quais a discussão prossegue.



Misa Boito na defesa da emenda do DAP

pela conciliação não se avança, e que adiar as reformas populares necessárias acaba dando tempo ao inimigo.”

#### Um ponto fora da pauta

Na abertura do congresso, algumas chapas, notadamente a de Optei-Democracia Socialista- agrupamentos locais e a da chapa da Articulação de Esquerda explicitaram que seu foco no congresso era denunciar as fraudes do PED, reais ou fabricadas na guerra dos recursos,

para uma pretensa moralização do PED. Foi apresentada pelo grupo Militância Socialista uma emenda pelo fim do PED - proposta que O Trabalho defende desde o 4º Congresso e é posição do DAP desde sua constituição – mas que não está colocada na pauta do 7º Congresso, por acordo unânime no DN-PT quando da sua convocação. A decisão está remetida ao plebiscito adotado no 6º Congresso. Assim, a bancada de delegados do DAP, apesar da posição pública e notória pelo fim do PED e volta dos encontros, respeitando o acordo feito no DN, votou contra a emenda.

Correspondente

#### “Com conciliação não se avança”

Uma emenda submetida pelo DAP remetia ao necessário balanço dos 13 anos de governo do PT para não repetir os erros que nos fragilizaram. Um balanço que, aliás, a tese CNB-DAP iniciou -ao falar das reformas não feitas, como do judiciário, política e da mídia – mas não vai à raiz do problema. A emenda obteve cerca de 30% dos votos, incluindo delegados da CNB, com setores das outras quatro chapas se abstendo.

A discussão prossegue. Como diz a tese do DAP submetida ao Congresso Nacional, “a experiência mostra que

### MINAS: POUCA DISCUSSÃO NO CONGRESSO

Propostas foram remetidas à direção eleita



Delegação do DAP em Minas Gerais

**O** 7º Congresso em Minas Gerais teve uma abertura no dia 18, mas só um dia de encontro no sábado. O debate de abertura sobre a situação internacional, teve a presença de membros da Executiva Nacional. Markus Sokol (também do comitê nacional do DAP) e Luís Dulci. Uma discussão que interessou os delegados presentes que procuraram materiais da banquinha do DAP sobre os coletes amarelos e a campanha pela libertação de Luísa Hanune. Mais de 150 delegados assinaram a moção dirigida ao governo argelino, exigindo a liberdade de Luísa.

Mas, ao contrário do que a situação exige, a discussão política foi bastante limitada, restringindo os debates apresentadas, que foram remetidos à direção eleita. O Congresso sequer se posicionou sobre o “Regime

de Recuperação Fiscal” do governo Zema, modelo piorado do já aplicado no Rio de Janeiro e que só fez agravar a situação do estado.

O Congresso também foi marcado pela ausência da chapa “Muda PT” e por parte da chapa “Força da base” (ligada aos deputados Paulo Guedes e Virgílio Guimarães), que tentaram deslegitimar o Congresso, sob acusação de fraude em uma campanha nacional que não prosperou. À ausência destes setores, a chapa da CNB respondeu com intervenções apaixonadas em defesa do PED que, por outro lado, não foram correspondidas pela maioria dos delegados.

Os delegados do DAP deixaram claro que rejeitam a ação daqueles que em nome de um suposto combate às fraudes recusaram participar do Congresso, mas tampouco apoiam o PED, mecanismo de destruição do partido.

A chapa do DAP fez quatro membros no diretório (um na executiva), o dobro do obtido no PED passado.

Correspondente

### RIO, AUTONOMIA PARA A JPT

Com apoio do DAP e JRdoPT, a proposta é aprovada

**A** etapa estadual do 7º Congresso do PT no Rio de Janeiro teve 350 delegados. Foram dois dias de debates políticos que contaram com a participação de militantes petistas ávidos pela discussão sobre os rumos do partido. O Diálogo e Ação Petista compôs, com mais três grupos, “União de Base”, “Socialismo é Luta” e “Campo Democrático”, a chapa “Orgulho de ser PT. Lula livre”, que teve como base política os 7 pontos do DAP. Em âmbito estadual, a posição contra o ajuste fiscal Temer-Pezão em vigor e a “política de segurança” do governador Witzel que é, na verdade, uma política de extermínio da população mais pobre e de maioria negra.

A proposta “Fora Bolsonaro”, apresentada pelo Avante, que, com a Articulação de Esquerda, sustentou a

candidatura de Wadih Damous para presidente do DR, foi derrotada por ampla maioria. Também foi à votação a proposta do DAP de Constituinte Soberana no processo da luta pelo fim do governo Bolsonaro, com Lula livre. A proposta não foi aprovada, mas foi positivo poder apresentá-la para o conjunto de delegados. Foi aprovada a proposta de autonomia para a juventude do PT, com apoio do DAP e da Juventude Revolução do PT.

O DAP RJ fez uma carta aos delegados e participantes do Congresso, foram distribuídas 500 cópias. Foi eleito presidente do DR João Maurício (apoiado por Quaqué), com 278 votos. Wadih Damous teve 67 votos. O DAP terá um representante no DR.

Francine Iegelski

## SUAS PROPOSTAS À DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Congresso nacional do PT (que acontece de 22 a 24 de novembro).  
Outras forças. Reportamos nestas páginas alguns desses encontros

### GOVERNOS DO PT EM QUESTÃO

No Ceará e Bahia críticas à política dos governadores do PT



DAP contra a adesão do governador ao projeto de escolas cívico-militares.

Correspondente

**CEARÁ** - A etapa estadual do 7º Congresso, no Ceará, programada para “cumprir tabela”, com abertura cultural na sexta à noite e não mais do que cinco horas de debate no sábado, acabou revelando as contradições da CNB local. Já na apresentação dos textos que embasaram as chapas de delegados do PED, o orador do Diálogo e Ação Petista (representando a chapa de composição que o DAP integrou) chamou a atenção para a fala de abertura do deputado José Guimarães que afirmou que, sustentando o governo estadual, a nova direção tem de lembrar que “primeiro vem o PT”.

Foi com base nisso que a emenda da chapa “Resistir e Vencer com Lula Livre” (integrada pelo DAP), afirmando que o PT não pode ficar passivo frente

à posição do governador Camilo sobre a previdência, foi integrada ao texto-guia.

Da mesma forma, os delegados aprovaram uma moção contra a adesão do Ceará ao programa Escolas Cívico-Militares que, depois do deputado Guimarães rejeitá-la, acabou aprovada por unanimidade, com pequenas modificações. Outras 11 emendas do DAP foram acrescentadas ao texto-guia que, assim, foi aprovado unanimemente.

A Chapa Resistir e Lutar vai integrar o Diretório Estadual com quatro membros, sendo um deles do DAP.

**BAHIA** - A chapa do DAP, integrada pela JR do PT, teve nove delegados no congresso estadual da Bahia que, no total, foi composto por 400 delegados. Com a JR, suplentes e observadores, o DAP agrupou cerca de 30 militantes. Das emendas nacionais do DAP, foi aprovada apenas a autonomia da JPT (no texto da juventude, aprovado por consenso). Quanto às emendas estaduais, foram aprovadas a revogação da Portaria 770 (projeto do governo Rui Costa de privatização

na educação) e a não privatização da Embasa (empresa de água e saneamento). A bancada do DAP durante o congresso coletou assinaturas dos delegados a diversas propostas de resolução (portaria 770, embasa, funcionalismo, secretaria negra, autonomia da Juventude, alianças). A emenda de alianças defendida pelo DAP obteve cerca de 30% dos votos



DAP denuncia projeto de privatização da educação na Bahia.

Correspondente

do plenário.

A chapa do DAP elegeu dois membros no diretório regional, sendo um na executiva.

Participação importante da JR do PT na bancada do DAP dando ânimo “aos mais velhos” e intervindo no plenário com palavras de ordem que tinham certo eco: “Ooohh Rui Costa, vou te dizer, privatizar não é coisa do PT”. Em sua fala, saudada por essa palavra de ordem e pirulitos do DAP que pediam a revogação da 770, o governador (tinha anunciado que não falaria de gestão) teve que responder dizendo que a Portaria (OSs) não era privatização e, ao final, disse à JR que topava conversar.

Correspondente

### SANTA CATARINA: POLÊMICA SOBRE POLÍTICA DE ALIANÇAS

Principal discussão nos grupos, em plenário é aprovada proposta do DAP

O congresso estadual de Santa Catarina, ocorrido em Joinville, demonstrou a vitalidade e força da militância do partido para enfrentar a dura conjuntura que os trabalhadores enfrentam. O DAP teve atuação destacada nas discussões.

Já na aprovação da tese-guia foi aprovada, com 60% dos votos, a tese do DAP – apoiada pela CNB, EPS e Fortalecer (que apresentaram – sem alterar ou retirar os 7 pontos defendidos na nossa tese) contra a tese da PCM, DS e MS.

Nos grupos, a principal polêmica foi sobre política de alianças. A DS/MS/PCM se negavam a integrar na plataforma para discussão de alianças, o conteúdo anti-imperialista. Opunham um conteúdo de frente em defesa da democracia, soberania e direitos, sem explicar qual seria o conteúdo dessa plataforma. Em alguns momentos mesmo ovacionando a palavra de ordem Lula Livre quando levantada pelos oradores, titubeavam na hora de discutir esse ponto na plataforma. Como ocorreu na discussão a respeito da “frente de esquerda” em Florianópolis onde a MS e demais setores majoritários do PT capitulavam aos demais partidos que não queriam integrar a palavra de ordem.

Na prática conhecemos bem o terreno que preparam. Não cabe frente anti-imperialista em pequenos municípios, precisamos de alianças com setores progressistas para derrotar Bolsonaro, ou seja, deixar a porta aberta para fazer aliança com qualquer setor para derrotar o “governo fascista” de Bolsonaro. Aliás, esta era a caracterização política do governo Bolsonaro apresentada pela tese e que foi derrotada. Ao final, o plenário adotou o ponto 6 defendido pelo DAP na discussão de política de alianças contra a frente defendida pelo CM/MS/DS.

Houve duas candidaturas a presidente. Dresch (PCM/CNB com MS e DS) e Décio Lima (CNB), com o apoio do DAP, EPS e Fortalecer e duas chapas para a direção, reproduzindo as mesmas composições. Com cerca de 60% dos votos a chapa CNB/DAP/EPS/Fortalecer saiu vitoriosa e Décio Lima foi eleito presidente do partido.

Ao final do congresso era nítido o reconhecimento político pela militância do partido do lugar que o DAP ocupou. O DAP elegeu dois membros para o Diretório, sendo um membro na Executiva.

Rene Muraro

### RIO GRANDE DO SUL: FIM DO GOVERNO BOLSONARO

Proposta defendida pelo DAP é aprovada com 2/3 dos votos

Dois polêmicas devem ser destacadas no encontro do PT do Rio Grande do Sul. Uma foi a votação da resolução pelo “Fim do governo Bolsonaro”, apresentada pelo DAP, com o apoio da CNB, RS, AE, contra “Fora Bolsonaro/Eleições” defendida pelo Avante e apoiada pela DS e ED.

O “Fora Bolsonaro” foi defendido sob o argumento de que “se eramos Fora FHC, por que não Fora Bolsonaro, pois esse governo é pior”. Em nome do DAP, André Sena, de Santa Vitória do Palmar, explicou que tínhamos à época Lula como candidato a presidente e estávamos numa ofensiva política. Hoje, num estado de exceção, tudo se concentra em tirar Lula da prisão, nosso partido deve colocar fim ao governo Bolsonaro o quanto antes, mas a defesa de Lula é incontornável. Botar Mourão não resolve nada e menos ainda esperar que Maia - que acabou de desmontar a Previdência

- convoque eleições. A resolução pelo “Fim do governo Bolsonaro” foi aprovada por 2/3 dos votos e o plenário explodiu com o grito Lula Livre, a primeira e única vez que essa palavra de ordem foi entoada no encontro.

A segunda polêmica foi sobre a política de alianças. Uma proposta de consenso, excluindo o DAP, dizia que “onde liderarmos as chapas devemos construir uma amplitude que viabilize vitórias sem descaracterizar nosso programa.” O DAP contrapôs que era a velha política de “amplitude para ganhar” que abriu o caminho para a aliança com PMDB, PP, Temer... Mesmo tendo a esmagadora maioria dos votos, a votação não foi comemorada, havia um real constrangimento no plenário.

O DAP elegeu um membro no DR do partido.

Correspondente

# Aonde vai o governo Bolsonaro?

Uma crise precoce a ser explorada

Em outro país ou outro governo, o racha vertical do segundo partido da Câmara Federal (PSL), que também é partido do presidente (Bolsonaro) – com destituições das lideranças e disputas nos principais Diretórios –, poderia ser a hora do juízo final.

Mas o PSL não é um partido – é um amontoado ao redor do então candidato à presidente, mais alguns trânsfugas –, hoje rachado ente “bivaristas” (Bivas, presidente do partido) e “bolsonaristas”, por razões inconfessáveis.

E Bolsonaro não é exatamente um presidente eleito: é o produto da fraude que alijou o favorito Lula no 1º turno e que, no 2º turno, contra o candidato de Lula e do PT, Haddad, o STF sustentou, validando fake news, com apoio do que sobrou dos partidos tradicionais, da mídia, igrejas, patronato e imperialismo, Trump em especial.

Uma vez eleito, Bolsonaro quer, do lado de fora do Congresso Nacional, nas ruas, construir uma base de massas de extrema-direita, a partir dos coxinhas do impeachment de Dilma, para se projetar por cima das próprias instituições de Estado que o elegeram (Congresso, Judiciário, Exército). Nesse sentido, é um aspirante a “bonaparte”. Autoritário, não precisa de partido parlamentar,

a rigor, poderia acabar o jogo parlamentar (seria a variante fascista).

Mas seu principal ministro nesse rumo, o ex-juiz Sérgio Moro, foi desmascarado pelas revelações do The Intercept – junto com a turma de procuradores de Dallagnol –, e todos, uns mais que outros, perdem “autoridade” e terreno (comprovam as pesquisas).

Afinal, o governo está coberto de escândalos: caso Queiróz, o operador das milícias; “laranjal” dos ministros; pesadas evidências contra os filhos; e denúncias na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, entre outras.

## Rachou o PSL, e daí!?

O mercado não se importa muito, se ele “entrega a reforma da Previdência”, como disse o dono do banco Itaú, “o resto é ruído”. Trump, por sua vez, utiliza o presidente servil – quem se importa com moral, a começar da moral de Trump?

Mas há, sim, dez meses depois, uma crise precoce no governo. Em última instância, ela vem da resistência popular às suas medidas obscurantistas, entreguistas e privatistas, a principal é a reforma da Previdência.

E a crise passa por dentro da reforma. Ao separar os militares numa reforma a parte, Bolsonaro deu-lhes

mais vantagens, aos altos mandos, privilégios salariais e de pensão extraordinários (v. abaixo) que agora os tensionam.

## Água mole em pedra dura

A operação integra a busca de um instrumento seguro para golpear o povo, quando reagir, através das Forças Armadas e PMs, enquanto o bolsonarismo de rua se forma. Ela inclui o escandaloso uso da Polícia Federal em buscas nas residências e gabinetes de “bivaristas” do PSL.

No fundo, Bolsonaro e seus generais preparam outra coisa. Ele sabe, os generais sabem, os 2500 militares nomeados em nove meses para cargos de confiança (FSP, 14/10), devem saber, que as consequências das medidas econômicas e sociais alguma hora desatarão protestos e revolta.

O que se passa em vários países do continente – Chile, Equador e Haiti –, qualquer que seja o prazo e ritmo aqui, mostra que virá uma explosão. A diferença notável, é que Bolsonaro prepara com antecedência a reação



Delegado Waldir, ex-líder do PSL na Câmara a Bolsonaro: “como você fala do quintal alheio se o seu quintal está sujo?”

autoritária e bonapartista!

Razão à mais para que o PT no 7º Congresso aprofunde – ao contrário do que fizeram os Partidos Socialista e Comunista no Chile (ver Pag. 11), adaptados à Constituição pinochetista em vigor – a sua resistência a cada uma das medidas, lute para revogar as contrarreformas numa Constituinte, e levante a bandeira do fim do governo Bolsonaro. Que o PT seja um ponto de apoio para reagrupar a força do povo (não um canal de “concertação” à chilena).

Nada é mais forte que a força do povo.

Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura!

Markus Sokol

## Ricos mais ricos, pobres mais pobres

Cresce a desigualdade no país depois do golpe

O golpe e as contrarreformas (trabalhista, ajuste fiscal) por ele trazidas levaram a uma elevação da concentração de renda nos últimos anos. Ela voltou a piorar em 2018 segundo pesquisa (Pnad) do IBGE. O rendimento do 1% mais rico do país cresceu 8,4%, enquanto o dos 5% mais pobres caiu 3,2%. E o índice de Gini, que mede o quão concentrada a renda está na mão dos mais ricos subiu para o mais alto nível desde 2012. O Nordeste, a despeito de seguir sendo a região do país com a pior desigualdade, foi a única que não a aprofundou – pois lá a parcela com maior rendimento também teve perdas. Entre 2017 e 2018 houve queda nos ganhos dos 30% mais pobres, enquanto para os 1% mais ricos do país – aqueles que ganham em média R\$ 28 mil por mês –, o rendimento avançou 8,4%. E os brasileiros que

fazem parte da faixa dos 5% mais pobres – com rendimento médio de R\$ 158 por mês – perderam 3,2% da renda. Assim, no ano passado, o 1% mais rico ganhou 40 vezes mais que os 50% mais pobres. Com o resultado de 2018 a renda da elite econômica do país, segundo o IBGE, corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% que integram a população de menor rendimento (R\$ 820). No contexto de desemprego e crise, as aposentadorias e pensões ganharam mais importância no rendimento. Ao mesmo tempo, a quantidade de famílias recebendo o Bolsa Família caiu de 15,9% para 13,7% entre 2012 e 2018. Além desta pesquisa, um outro estudo – da FGV – confirma que o drama segue neste ano: a desigualdade de renda cresceu nos últimos 17 meses no país.

## Militares: insatisfação entre os praças

Projeto de Lei do governo privilegia alta patente

Junto à famigerada Reforma da Previdência, Bolsonaro apresentou um projeto à parte aos militares (PL 1645) que eleva o tempo mínimo de serviço dos militares de 30 a 35 anos. Embora alegue que seu PL compensará os militares por perdas da época de FHC (fim do auxílio-moradia ou da pensão para filhas de militares), o presidente ampliará a parcela dos militares que pagarão por suas pensões – já que hoje, eles não contribuem com sua Previdência, que é bancada pela União. No Congresso, a relatoria do PL pretende estendê-lo a PMs e bombeiros.

Mas o que está revoltando o pessoal de baixa patente são as injustiças do PL. Ele cria adicionais que elevam vencimentos dos oficiais de mais alta patente – especialmente os “oficiais-generais” (generais, almirantes e brigadeiros) –, mas deixa para trás os

praças (soldados, cabos e sargentos).

Por exemplo, os oficiais-generais, inclusive os da reserva, receberão gratificação por posto. Os militares da ativa como um todo terão adicional de disponibilidade: de 41% aos do topo da carreira e de apenas 5% aos do piso (!). Além de outros benefícios que privilegiam muito mais o alto oficialato (adicional por cursos realizados etc.). Com isso, os rendimentos brutos de um oficial-general saltarão dos atuais 21,2 para 33 mil reais – um aumento real de 57%. Já um terceiro-sargento passará dos atuais 4,9 mil reais para 5,1, um aumento de 4,7%.

Associações de militares de baixa patente deram total apoio à eleição de Bolsonaro no ano passado. Mas agora, muito incomodados, exigem mudança no texto (o que o governo não tem aceitado) e estão começando a se sentir traídos

# Domingo 27: foi dia de ir às ruas por Lula Livre

## Lava Jato perde força e procuradores manobram para evitar anulação dos julgamentos

As atividades por Lula Livre realizadas em torno de 27 de outubro, dia do aniversário de Lula, reuniram milhares de pessoas. Em Curitiba, ao lado do prédio da Polícia Federal (PF) que lhe serve de prisão, um ato contou com a presença de Gleisi Hoffmann, presidente do PT, e deputados federais do partido, como Vicentinho (SP) e Benedita da Silva (RJ).

Entre outras manifestações, houve a barqueata pelo rio Capibaribe, em Recife (PE), em que 32 barcos caracterizados navegaram por cerca de uma hora e meia, passando por baixo de diversas pontes, onde eram saudados pela militância.

Em bairros e praças de várias cidades do país foram feitas bancas e panfletagens pela anulação dos julgamentos injustos.

Em Buenos Aires, na comemoração da vitória eleitoral, o presidente eleito da Argentina, Alberto Fernández, ao falar da injustiça contra Lula foi seguido pela multidão, "Lula livre!".

Ao mesmo tempo, a Operação Lava Jato já não tem a mesma força, principalmente após a série de reportagens da #VazaJato, que demonstrou a armação do ex-juiz Sergio Moro, procuradores do Ministério Público Federal (MPF) da PF para condenar Lula sem provas. Essa quadrilha agiu politicamente, desde o golpe contra Dilma, para ajudar a fraude que levaria Bolsonaro ao governo.

### Liminar do STJ

No dia 29, um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou

o pedido da defesa de Lula e concedeu liminar suspendendo o julgamento marcado para o dia 30 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) – a segunda instância da Lava Jato. Tanto o MPF quanto os juízes envolvidos no caso buscam salvar as aparências, para evitar o questionamento de toda a perseguição movida pelo Judiciário.

Nesse caso, o TRF-4 pretendia discutir a possibilidade de anulação do processo do sítio de Atibaia, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no início do mês, que réus têm o direito de se defender após saber das acusações feitas por outros réus que se tornaram delatores. Direito negado em vários processos da Lava Jato, inclusive o da segunda condenação de Lula.

A defesa de Lula, porém, pedia a nulidade total do processo do sítio, por estar todo contaminado por ilegalidades. Não faria sentido discutir apenas uma das irregularidades.

### Tudo "normal"

O MPF propôs, em setembro, que Lula fosse para o regime semiaberto, uma manobra para dar aparência de imparcialidade ao processo.

Em meados de outubro, o MPF pediu a absolvição sumária de Lula e de Dilma numa ação relativa a



Curitiba 27 de outubro, manifestantes começam a chegar em frente à sede da Polícia Federal

propinas pagas pela Petrobras e outras empresas públicas. A procuradora responsável, Marcia Brandão Zollinger, escreveu que "não há o pretendido domínio por parte dos denunciados, especialmente os ex-presidentes da República, a respeito dos atos criminosos". Mas em 2017, na onda da Lava Jato, a denúncia foi apresentada.

Agora, o MPF defendeu que Lula pode progredir para o semiaberto mesmo sem pagar a multa de R\$ 4,9 milhões, estipulada como condição para a progressão de pena. E, finalmente, manifestou-se pela anulação da sentença no caso do sítio de Atibaia, com o retorno à fase de alegações finais, em virtude da decisão do STF. Isso é o que o TRF-4 pretendia julgar no dia 30. Recuos que mantêm o essencial: a condenação manipulada.

Reportagens mais recentes mostram que Moro não apenas coordenava o trabalho dos procuradores, o que

já é irregular. Ele chefiava a própria PF, planejando operações e orientando o que os policiais deveriam procurar nas ações espetaculares que faziam.

De acordo com conversas de 2016 vazadas, um dos delegados da PF postou num grupo: "Russo (apelido de Moro) deferiu uma busca que não foi pedida por ninguém... hahahah". Quando uma colega sua pergunta: "Como assim?!", o policial responde: "Normal... deixa quieto... Vou ajeitar... kkkk". (Intercept, 19/10). No mundo da Lava Jato, era "normal" um procedimento ilegal do magistrado. E comentado aos risos, como se zombassem do povo a quem deveriam servir.

Cláudio Soares

### SINTRASEM APROVA LULA LIVRE

O 10º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrase), reunido de 26 a 28 de setembro, decidiu aprovar a luta por Lula Livre, além de manter a entidade filiada à CUT. Com mais de 250 participantes, foi o maior congresso da história da entidade. Houve uma discussão, impulsionada pelos defensores da tese 1 (Unidos Vamos à Luta), para que a campanha por Lula Livre fosse encampada pelo congresso, por entender que é central para a defesa dos direitos da classe trabalhadora, na luta pelo fim do governo Bolsonaro. Essa posição foi responsável pela unificação de cinco das sete teses apresentadas.

### MAIS MENTIRA

"Veja" resolveu estampar em capa mais uma de suas mentiras. De acordo com a revista, o publicitário Marcos Valério, condenado no processo do chamado "mensalão", teria prestado depoimento à polícia no qual implicaria Lula na morte do então prefeito de Santo André, Celso Daniel, em 2002. No mesmo dia da publicação, porém, o delegado que tomou o depoimento de Valério, Rodrigo Bossi de Pinho, negou a informação. "O Marcos Valério jamais disse 'foi o Lula'. Ele disse que o Ronan (Maria Pinto, empresário do setor de transporte em Santo André) ameaçava dizer que foi ele. São coisas completamente diferentes", afirmou Pinho (Diário do Centro do Mundo, 26/10).

## STF não conclui votação sobre segunda instância

### General Villas Bôas ameaça e caminhoneiros bolsonaristas fazem bravatas

O Supremo Tribunal Federal (STF) não concluiu a votação sobre a prisão de condenados em segunda instância. Embora a Constituição assegure que ninguém deve cumprir pena até o trânsito em julgado (esgotamento de todos os recursos possíveis em um processo), desde 2016 uma jurisprudência do próprio STF passa por cima dessa determinação.

Até o dia 24, o placar estava 4 a 3 a favor da prisão após a segunda instância. Como se conhece o posicionamento anterior dos ministros que

ainda não votaram, especula-se que o resultado, em novembro, possa ser 6 a 5 a favor do que estabelece o texto constitucional.

### Ameaças

A mídia jogou o foco nessa votação, alardeando que seu resultado pode ser a libertação de Lula. O próprio Lula declarou, em entrevista ao UOL: "Não estou reivindicando essa discussão de segunda instância. Não estou interessado nisso. Eu estou interessado na minha inocência".

Ex-comandante do Exército, o general Villas Bôas voltou a manifestar-se sobre o assunto. Em 2018, quando o STF julgaria um habeas corpus de Lula, o militar fez ameaças pelo Twitter. Agora, falou sobre "eventual convulsão social", numa alusão à soltura do ex-presidente, com repercussão bem menor. Do mesmo modo, caminhoneiros bolsonaristas ameaçaram "a maior paralisação que este país já teve" se o STF libertar Lula. O líder da bravata é um filiado ao PSL que não conseguiu eleger-se deputado federal.

# Os trabalhadores e povos querem viver!

Explosões populares se sucedem contra a política brutal do imperialismo

Do Líbano ao Chile, da Argélia ao Equador, na velha Europa, em Hong Kong e no Iraque, as massas irrompem no cenário político de forma explosiva. A sua razão essencial é a resistência à política de guerras, ataque aos direitos, privatizações, impulsionada pelo sistema imperialista

para sair de sua própria crise.

Em 1930, num mundo sacudido pela quebra da Bolsa de Nova York de outubro de 1929, León Trotsky escrevia no prefácio de sua História da Revolução Russa: "A irrupção das massas no terreno em que se resolve o seu próprio destino (...), os acontecimentos se encadeiam, não

segundo um plano acabado de transformação social, mas com a amarga sensação de não poder tolerar por mais tempo o antigo regime".

Hoje trata-se do regime da propriedade privada dos grandes meios de produção, em sua etapa imperialista, que se torna intolerável para as massas. Como dizia Marx, é a "velha

toupeira" que continua cavando o subsolo, até um momento, imprevisível, em que o terreno desaba.

No fechamento da edição, o primeiro ministro do Líbano, Saad Al-Hariri anunciou sua renúncia.

Lauro Fagundes

## Líbano: "Somos um só povo, queremos a queda do governo"

Maioria da população se manifesta por reivindicações comuns

No Líbano, desde 17 de outubro, manifestações massivas, por reivindicações comuns, envolvem a esmagadora maioria da população. Elas se inscrevem em uma situação explosiva na região marcada pela guerra na Síria e, apesar dessa barbárie, existem mobilizações do povo no Iraque e no Egito. O Líbano é estruturado politicamente de acordo com um sistema comunitário feudal e confessional criado pelo regime colonial francês. Os libaneses são listados em uma comunidade desde o nascimento, sendo as principais as comunidades xiitas, sunitas, cristãs e drusas, cada uma delas dividida politicamente em vários partidos. Tal sistema de partilha do poder baseado na divisão do povo está sendo denunciado, no mesmo nível que a corrupção sistêmica e as medidas econômicas brutais impostas pelo FMI.

### A gota d'água

O governo adotou uma série de medidas contra as conquistas sociais dos libaneses, agravando as condições de vida da maioria do povo, do qual 35% já vive abaixo da linha de pobreza. Um de nossos correspondentes no Líbano explica que: "os governantes dizem que os problemas vêm dos refugiados sírios. Antes, era culpa dos refugiados palestinos, mas os corruptos no poder nunca se responsabilizam pela deterioração da economia. As pessoas estão muito indignadas". A decisão de taxar as comunicações via internet, pelo WhatsApp, foi a gota d'água que fez transbordar o copo. Manifestações de cólera rapidamente se espalharam por todo o país. Os dois primeiros dias (17 e 18 de outubro) foram marcados pela repressão da polícia, do exército e de diversas milícias políticas.

Houve mortes e centenas de feridos, mas a tentativa de responder

pela repressão foi submersa pela onda massiva das manifestações e seu caráter unitário, com todas as componentes da população. Como como no Iraque, as sedes de partidos políticos foram saqueadas. Um correspondente relata "os cidadãos saem às ruas sem pôr em destaque qualquer sensibilidade religiosa ou filiação política. É importante notar que os campos palestinos demonstraram seu total apoio ao movimento. As manifestações são majoritariamente compostas por jovens de todos os setores, estudantes, desempregados, pessoas que vivem na precariedade, mas também das classes médias, dos professores, isto é, a maioria dos libaneses".

O movimento é caracterizado por rejeitar o conjunto dos partidos que compartilham o poder e cujos dirigentes em sua maioria enriqueceram pilhando os bens públicos por décadas. No dia 21 de outubro, vaia e palavras de ordem hostis se seguiram ao anúncio pelo primeiro ministro, Saad Hariri, de reformas econômicas cujo objetivo é fazer refluir os protestos.

Alguns dirigentes tentam encenar uma oposição ao governo. Na realidade, explica nosso correspondente, "as Forças Libanesas, partidários de Samir Geagea, apoiadores de Walid Jumblatt (dirigente do Partido Socialista Progressista) participaram das manifestações essencialmente para expressar seu ódio ao presidente da república e não porque sejam contra a injustiça e a corrupção. As Forças Libanesas são os mais fervorosos defensores dos bancos, os principais alvos dos manifestantes. Vários dirigentes tentam surfar a onda de mobilização, mas todos eles são classificados como parte do sistema. Eles não são capazes de nos ouvir, mas sabem se colocar de acordo para nos taxar e para falar de risco de caos. Quanto ao Hezbollah, ele tinha

planejado organizar uma manifestação contra o sistema bancário e sua total dependência das instituições internacionais e das imposições dos EUA, desde que o Jammal Bank, que negocia com eles, foi interditado. Descobriu-se que a administração dos EUA teria organizado uma lista de personalidades xiitas, sunitas e cristãs próximas do Hezbollah para penalizar e isso provocou muita irritação. Assim, a situação acaba de mudar e o Hezbollah, como todos os partidos, é rejeitado pela massa dos jovens que vomitam todo o sistema comunitário e confessional."

### "Saiam todos"

Em todos os lugares as mesmas palavras de ordem: "O povo quer a queda do regime", "Saiam todos,

não confiamos mais". "Nas manifestações, explica um de nossos correspondentes, só vemos bandeiras libanesas, nenhuma bandeira de partido, mas na segunda-feira 21 de outubro apareceu bandeiras argelinas como um exemplo a seguir. Dizem que há um só povo libanês, o povo trabalhador que se levanta contra os corruptos que usam a divisão em comunidades para dividir o poder entre si.

Diz nosso correspondente, "a solução, a saída que todos esperam reside na abolição do sistema".

François Lazar,

Trechos de matéria de Informações Operárias da França



Centenas de milhares se manifestam em Barcelona, após condenação dos líderes catalães, tornada pública em 14 de outubro pela Suprema Corte, a mais de 100 anos de prisão. Manifestações também ocorreram em, milhares em outras cidades como Valência e no País Basco. Um grito unânime: "Liberdade para presos políticos!" A revolta é muito profunda. A grande maioria do povo catalão é contra o julgamento e amplas camadas exigem o fim do regime monárquico.

# O povo chileno se levanta, 30 anos após o fim da ditadura

Artigo enviado desde Santiago relata a mobilização que sacode o Chile



25/10: mais de 1 milhão de pessoas se manifestam em Santiago

Os fatos sucederam-se rapidamente nesse outubro combativo no Chile. Do clamor pela brutal desigualdade refletida nas pensões, na crescente revolta com o custo de vida, a corrupção de políticos, a submissão do governo Piñera aos ditados de Trump e sua aliança perversa com Macri, Bolsonaro e Duque (presidente da Colômbia, NdT).

Quando meninas secundaristas invadiram uma estação de metrô, pulando a catraca, por causa da alta da passagem, ninguém imaginou o que viria.

Foi tão contagiosa essa mobilização, que os sindicatos e associações começaram a convocá-la e saíram em defesa dos estudantes, acusados de delinquentes pelo governo.

O metrô recebeu ordem de fechar estações para provocar o rechaço dos cidadãos aos protestos, mas o resultado foi o oposto, o pula-catraca aumentou e começou a transbordar. Regiões para além de Santiago começaram a se manifestar, em geral pacificamente, mas a polícia reprimiu com tudo.

O governo ficou em silêncio quan-

do surgiram informações das primeiras mortes. As organizações aglutinadas na Unidade Social - dentre elas a Coordenação "Não + AFP", a CUT, associações de saúde, professores, comércio, estudantes universitários e secundaristas - rapidamente começaram a organizar a greve geral nas regiões e na capital para os dias 22 e 23. Na prática ela foi até sexta-feira 25, por falta de transportes.

## Repressão brutal não detém o movimento

Os dias anteriores foram muitos duros. Nos bairros se enfrentava a polícia e os militares desafiando o toque de recolher. Há muitos registros de invasões de fardados às casas buscando por manifestantes e de violações dos direitos humanos. O fantasma de 1973 (golpe de Pinochet, NdT) longe de atemorizar, deu nova energia ao povo.

A Constituição da época da ditadura segue vigente no Chile e foi blindada por governos "democráticos" vindos depois. Acabar com as fraudes na educação, na saúde, na previdência, nos recursos naturais, passa por exigir mudanças nessa con-

stituição, mas os sucessivos governos fecharam a possibilidade de se fazer um plebiscito para que os chilenos decidissem.

A histórica marcha de 25 de outubro mobilizou mais de um milhão de pessoas só em Santiago. No domingo 27, se encheu o Parque O'Higgins na capital com uma multidão que se emocionou com o minuto de silêncio em homenagem aos que tombaram nesses dias. Segunda e terça-feira os noticiários novamente espalharam o medo com imagens de saques e incêndios. Mas marchas em todo o Chile novamente iniciam

a semana.

O governo tenta dividir a população, combinando os discursos de violência e paz, deixando de fora as demandas prementes, como justiça social, salários e pensões dignas, educação gratuita e de qualidade, saúde para todos, acabar com a privatização da água, dentre outras.

Em 30 de outubro se inicia uma nova jornada de greve geral. Não se trata de 30 pesos, mas de 30 anos de abusos!

Javier Márquez, Santiago, 29/10

## "UMA CONSTITUINTE PARA GARANTIR OS DIREITOS"

Abaixo trechos do discurso de Luis Mesina, dirigente bancário e porta-voz da campanha Não + AFP, em nome da Unidade Social, na concentração de 27 de outubro no Parque O'Higgins:

"Rechaçamos a tentativa do governo e de setores da oposição de construir um acordo nacional com os mesmos de sempre. Acreditamos que é fundamental avançar em direção a uma mudança da Constituição, que necessariamente deve ser efetuada por uma Assembleia Constituinte.

'O Chile despertou' e é responsabilidade de todos nós que não nos apliquemos um sonífero, como tantas vezes ocorreu. O governo, ex-dirigentes da Concertação, os grandes meios de comunicação, estão preparando a sua estratégia. Buscam uma saída para a crise por cima, menosprezando os milhões que estão mobilizados.

Se nós paramos, se baixamos os braços, de pouco terá servido todo esse esforço e o dos 20 companheiros que pagaram com suas vidas este despertar. Precisamos com urgência levantar uma agenda de direitos fundamentais. Uma Assembleia Constituinte para garantir o direito à Previdência Social, acabando com o negócio das AFP (Fundos de Pensão privados, NdT). Uma Assembleia Constituinte para recuperar a Educação Pública, a habitação digna, o respeito integral aos direitos dos trabalhadores e à negociação coletiva por ramo. Uma Assembleia Constituinte que reconheça a diversidade do nosso território e respeite a autodeterminação dos povos que exigem autonomia.

Esta semana é preciso frear Piñera. Enquanto o povo está nas ruas, ele tenta levar adiante uma agenda legislativa cheia de contrabandos que atacam os direitos das pessoas. Para impedir e rechaçar todas as reformas que pretendem consolidar o atual modelo que milhões de pessoas saíram às ruas para questionar.

Chamamos os congressistas a definirem-se, ou estão com o povo que exige restituir seus direitos, ou estão por manter o atual sistema fracassado. Chegou a hora para que se coloquem claramente ao lado daqueles que lutam para fazer do Chile um país mais justo, mais inclusivo e verdadeiramente democrático."

## Resistência também nas urnas

Na Argentina e Bolívia, candidatos do imperialismo perdem no 1º turno.

Mesmo no terreno deformado das eleições - que não reflete a dinâmica real da luta de classes - a resistência à política do imperialismo dos EUA e seus agentes locais, expressou-se na eleição em 1º turno de Alberto Fernández na Argentina e de Evo Morales na Bolívia.

Já no Uruguai, haverá 2º turno em 24 de novembro, opondo Daniel Martínez da Frente Ampla (40,66% dos votos) e o direitista Lacalle (29,68%). Os outros dois candidatos de direita

somaram cerca de 20% dos votos, o que anuncia uma disputa renhida. No plebiscito ocorrido com a eleição, a proposta de endurecer a segurança pública (prisão perpétua, criação de guarda militar) foi derrotada.

### Argentina e Bolívia

Na Argentina a chapa Fernández-Cristina Kirchner ganhou com 47% dos votos, contra 41% de Macri, o que indica uma polarização que seguirá, sobre o pano de fundo de alta inflação

e queda brutal das condições de vida do povo.

O voto contra Macri, diante da ausência de um partido próprio da classe trabalhadora, foi canalizado para Fernández - peronista que já serviu ao governo privatista de Menem nos anos 90, aproximando-se depois de Nestor Kirchner - e sua vice, Cristina, que é quem dispõe de uma base popular e militante. De todo modo, está longe uma estabilização da situação política e econômica da

Argentina. Será a luta de classes que poderá abrir uma saída para libertar o país da tutela do FMI.

Na Bolívia, Evo Morales conquistou seu quarto mandato (47% contra 36,5% de Carlos Mesa), resultado não aceito pela oposição que fez manifestações contra a "fraude" em várias cidades. Em 30 de outubro anunciou-se um acordo entre Evo e a OEA para uma auditoria nos votos.

Julio Turra

# Argélia: resistência aos planos do FMI e Banco Mundial

Mobilização popular continua exigindo o fim do regime e defende a soberania nacional

Desde 22 de fevereiro a Argélia vive grandes manifestações de massa. Iniciadas contra o quinto mandato do então presidente Bouteflika, elas evoluíram para a luta contra um sistema político antidemocrático e que ameaça a soberania nacional e os direitos dos trabalhadores.

Tentando buscar a preservação de suas instituições, inicialmente o regime afastou Bouteflika. O poder foi assumido diretamente pela cúpula das Forças Armadas e eleições presidenciais de fachada foram convocadas, numa primeira tentativa para 4 de julho - fracassada diante da pressão popular - e, depois, para 12 de dezembro.

Buscando apoio nas grandes potências e no capital financeiro internacional, o regime tenta impor, a toque de caixa, contrarreformas pretendidas pelo FMI e Banco Mundial.

Ocorre que, em 2006, a Argélia reestatizou a exploração do petróleo. E, em 2009, foi adotada a chamada regra dos 51/49, pela qual todo investimento estrangeiro não pode superar o limite de 49% do controle de uma empresa sendo que 51% tem que ser obrigatoriamente capital argelino.

Agora, o regime apresentou uma lei orçamentária de 2020 que suprime a regra 51/49 e um projeto de lei que volta a flexibilizar o controle estatal sobre o petróleo. Também querem fazer uma reforma da Previdência que aumenta a idade da aposentadoria de 60 para 65 anos e reduz o valor do benefício a 60% do último salário (hoje é 80%). Tudo isso antes de 12 de dezembro!

## “Não à entrega do petróleo”

A rejeição popular a essas medidas foi imediata e apareceu em toda sua dimensão nas 34ª e 35ª semanas de mobilização: “não à entrega do petróleo”, “a proposta de orçamento para 2020 hipoteca o futuro do país”. Conforme declaração do PT da Argélia, de 12 de outubro, “o regime e o sistema que ele encarna estão em crise. Depois de falhar em todas as suas tentativas de convencer ‘politicamente’ que a saída estaria nas eleições presidenciais, o regime não consegue impor isso pela força.

Para a esmagadora maioria do povo, essa eleição presidencial é sinônimo de manutenção do regime. A mobilização e o repúdio à eleição presidencial e ao sistema

não arrefecem, o que introduz a dúvida, inclusive naqueles que decidiram participar dela. A imprensa questiona a falta de entusiasmo dos candidatos e o ‘silêncio enigmático’ dos principais entre eles. Então o regime se apavora e aumenta o ritmo da repressão. Entra em pânico, quer ir mais rápido porque sabe que o tempo está contra ele.”

Em outro comunicado, de 21 de outubro, analisando a reação popular aos projetos de orçamento para 2020 e da lei do petróleo, o PT afirma que “a maciça manifestação popular no domingo, 13 de outubro, em Argel e em outras cidades, é um salto qualitativo que demonstra que a mudança radical exigida por milhões tem um conteúdo político, econômico e social. É uma demonstração prática daquilo que o PT sempre afirmou: não pode haver soberania nacional sem a soberania popular e sem a soberania sobre as riquezas nacionais.”

Para o PT, o meio que permitirá ao povo, realmente e praticamente, exercer plena e inteiramente sua soberania é a instauração de uma Assembleia Constituinte Soberana que colocará fim ao regime conde-



Manchete de capa do jornal da grande imprensa argelina El Watan, ao lado da foto de Luísa “Não à arbitrariedade”

nado por milhões de argelinos e possibilitará o advento de uma nova república capaz de dar uma resposta positiva às aspirações populares que, há oito meses, são continuamente levantadas.”

Correspondente

## Nova carta de Lula reforça apelo à campanha que ocorre em 101 países

Os advogados de Luísa Hanune denunciaram que ela foi condenada sem provas, num julgamento relâmpago, organizado exclusivamente para calar uma voz discordante do regime. Depois dela também foram presos outros dirigentes de partidos políticos e segue preso o herói da guerra de independência da Argélia, Lakhadar Buregã, de 86 anos, além de inúmeros manifestantes.

A campanha pela liberdade de Luísa e todos os presos políticos argelinos recolheu centenas de assinaturas nos congressos estaduais do PT, realizados no fim de semana de 19 e 20 de outubro. O mesmo ocorreu, semanas antes, no 13º Congresso Nacional da CUT, com grande adesão dos delegados internacionais presentes, além do apoio de mais de 500 delegados nacionais em moção levada e aprovada em plenário.

A campanha já se estende por 101 países. Dos Estados Unidos o também preso político, injustamente

encarcerado desde 1981, jornalista Mumia Abu-Jamal, enviou mensagem gravada desde a Rádio Prisão: “O estado Argelino vem atacando os protestos e os manifestantes de seu próprio país – como é o caso de Luísa Hanune, a Secretária Geral do Partido dos Trabalhadores, mulher de 65 anos. Ela foi condenada a 15 anos de prisão por um tribunal militar por ‘traição’. E por acaso, é ‘traição’ trabalhar por um país menos repressivo e mais livre? Óbvio que não. Ela - como todos os prisioneiros políticos e como todos nós – necessita liberdade; precisa ser libertada da prisão.”

## Lula: atropelos encobrem interesses contra soberania nacional

Em nova carta (foto) de sua cela em Curitiba, o ex-Presidente Lula externa sua preocupação com “a situação política e social do povo argelino (...) e o anúncio antecipado

### NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE

A companheira Luísa Hanune, secretária geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia, que foi detida arbitrariamente desde 9 de maio deste ano, acaba de ser condenada por um Tribunal Militar a 15 anos de reclusão.

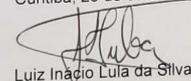
Preocupa-me a sua absurda condenação política por um Tribunal Militar. Preocupa-me a situação política e social do povo argelino com o governo interino, que multiplica o número de presos políticos, que se contam às dezenas, incluindo o herói da guerra de independência da Argélia, companheiro Lakhadar Buregã de 86 anos e o anúncio antecipado do governo para a mudança na lei sobre exploração de petróleo e gás, acabando com a exigência de 51% de participação do Estado na sua exploração, o que abrirá as portas para a entrega desse patrimônio do povo argelino para multinacionais.

O atropelo ao direito e à democracia, os processos judiciais manipulados para aprisionar, sem provas, lideranças do povo, seja no Brasil, seja na Argélia, acobertam interesses econômicos de entrega dos recursos que pertencem à nação aos estrangeiros, contrários à soberania nacional.

Eu, que sinto na própria carne o peso de uma prisão política obtida através da manipulação da Justiça e contei com o apoio de Luísa e seu partido na campanha internacional pela minha liberdade, renovo meu apelo a todos e todas democratas do mundo a juntarem suas vozes à campanha pela Liberdade imediata e incondicional de Luísa Hanune, pela anulação de seu julgamento de exceção e pela libertação de todos os presos políticos argelinos.

Todo apoio à Luísa Hanune e ao povo argelino!

Curitiba, 23 de outubro de 2019.

  
Luiz Inácio Lula da Silva

do governo para a mudança na lei sobre exploração de petróleo e gás (...)

O atropelo ao direito e à democracia, os processos judiciais manipula-

dos para aprisionar, sem provas, lideranças do povo, seja no Brasil, seja na Argélia, acobertam interesses econômicos de entrega dos recursos que pertencem à nação aos estrangeiros, contrários à soberania nacional.

Eu, que sinto na própria carne o peso de uma prisão política obtida através da manipulação da Justiça e contei com o apoio de Luísa e de seu partido na campanha internacional pela minha liberdade, renovo meu apelo a todos e todas democratas do mundo a juntarem suas vozes à campanha pela Liberdade imediata e incondicional de Luísa Hanune, pela anulação de seu julgamento de exceção e pela libertação de todos os presos políticos argelinos.” Lula concluiu a carta chamando “todo apoio à Luísa Hanune e ao povo argelino!”

Enviar adesões à campanha pela libertação de Luísa Hanune para [julioturra@cut.org.br](mailto:julioturra@cut.org.br)